

DECISÃO DO PAINEL ADMINISTRATIVO

ARCELORMITTAL v. G. V. G.

Caso No. DBR2025-0021

1. As Partes

A Reclamante é ARCELORMITTAL, Luxemburgo, representada por Nameshield, França.

A Reclamada é G. V. G., Brasil.

2. O Nome de Domínio e a Unidade de Registro

O nome de domínio em disputa é <brasilarcelormittal.com.br>, o qual está registrado perante o NIC.br.

3. Histórico do Procedimento

A Reclamação foi apresentada ao Centro de Arbitragem e Mediação da OMPI (o “Centro”) em 9 de setembro de 2025. Em 9 de setembro de 2025, o Centro transmitiu por e-mail para o NIC.br o pedido de verificação de registro em conexão com o nome de domínio em disputa. No dia 9 de setembro de 2025, o NIC.br transmitiu por e-mail para o Centro a resposta de verificação do nome de domínio em disputa, confirmando que a Reclamada é a titular do registro e fornecendo os respectivos dados de contato.

O Centro verificou que a Reclamação preenche os requisitos formais do Regulamento do Sistema Administrativo de Conflitos de Internet relativos a Nomes de Domínios sob “.br” – denominado SACI-Adm (o “Regulamento”) e das Regras do Centro de Arbitragem e Mediação da OMPI para o SACI-Adm (as “Regras”).

De acordo com o art. 3 das Regras, o Centro formalizou a notificação da Reclamação e o procedimento administrativo iniciou em 18 de setembro de 2025. De acordo com o art. 7(a) das Regras, a data limite para o envio da defesa findou em 8 de outubro de 2025. A Reclamada não apresentou Defesa. Portanto, em 9 de outubro de 2025 o Centro decretou a revelia da Reclamada.

O Centro nomeou Manoel J. Pereira dos Santos como Especialista em 17 de outubro de 2025. O Especialista declara que o Painel Administrativo foi devidamente constituído. O Especialista apresentou o Termo de Aceitação e a Declaração de Imparcialidade e Independência, tal como exigido pelo Centro para assegurar o cumprimento dos artigos 2 e 3 do Regulamento.

Em atenção ao art. 14 do Regulamento, o Painel Administrativo entende não haver necessidade de produção de novas provas para decidir o mérito da disputa e, portanto, passará a analisar, a seguir, as questões pertinentes ao caso.

4. Questões de Fato

A Reclamante, cujo nome empresarial é composto pelo termo “arcelormittal”, é uma das maiores fabricantes mundiais de aço, líder no mercado de aço para utilização nos setores de automóveis, construção, eletrodomésticos e embalagens. O grupo da Reclamante está presente no Brasil através da sua subsidiária ArcelorMittal Brasil, que emprega 17.000 pessoas e com capacidade de produzir 12.5 milhões de toneladas de aço por ano (Anexos 2 e 3 da Reclamação).

A Reclamante é titular do registro N°. 829481516, concedido em 23 de dezembro de 2014, pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), além do registro Internacional N° 947686, concedido em 3 de agosto de 2007, ambos para a marca ARCELORMITTAL (Anexo 4 da Reclamação).

A Reclamante é igualmente titular dos nomes de domínio <arcelormittal.com>, registrado em 27 de janeiro de 2006, e <arcelormittal.com.br> registrado por meio de sua subsidiária brasileira em 26 de junho de 2006 (Anexo 5 da Reclamação).

O nome de domínio em disputa foi registrado em 4 de setembro de 2025, e no momento de apresentação da disputa, direcionava para um site se fazendo passar pela Reclamante e que exibia a marca da Reclamante (Anexo 6 da Reclamação).

5. Alegações das Partes

A. Reclamante

A Reclamante alega que o nome de domínio em disputa é semelhante à sua marca registrada ARCELORMITTAL e ao seu nome de domínio associado a essa marca, de maneira a criar confusão. Sustenta ainda que a adição do termo “brasil” não altera a impressão geral de que o nome de domínio em disputa é associado à marca ARCELORMITTAL nem impede o risco de confusão. Por fim, argumenta que a adição da extensão “com.br” não é suficiente para alterar a impressão geral de que o nome de domínio em disputa é associado à marca ARCELORMITTAL da Reclamante.

A Reclamante afirma que não foi concedida qualquer licença ou autorização para que a Reclamada utilize ou registre o nome de domínio em disputa. Além disso, argumenta que “[p]ainéis passados sustentaram que um Reclamado não era comumente conhecido por um nome de domínio controvertido se a informação WHOIS não fosse similar ao nome de domínio controvertido”. Diante disso, a Reclamante alega que a Reclamada não teria interesse legítimo no termo “arcelormittal”. Acrescenta a Reclamante que o nome de domínio em disputa direciona para uma página que exhibe a marca registrada da Reclamante e que a Reclamada se identifica como sendo a Reclamante (Anexo 6 da Reclamação).

A Reclamante alega que a marca registrada ARCELORMITTAL é amplamente reconhecida e que painéis anteriores em disputas sob a Política de Resolução Uniforme de Disputas de Nomes de Domínio (“UDRP”) confirmaram sua notoriedade. Além disso, como o nome de domínio em disputa remete a uma página na Internet que exhibe a marca da Reclamante e a Reclamada tenta fazer-se passar pela Reclamante, bem como que a Reclamada utiliza a marca registrada da Reclamante para tentar atrair usuários da Internet para seu próprio site, criando risco de confusão com a marca da Reclamante.

Assim sendo, a Reclamante alega que a Reclamada registrou o nome de domínio em disputa e o está usando de má-fé.

B. Reclamada

A Reclamada não apresentou Defesa no procedimento.

6. Análise e Conclusões

De acordo com o art. 3 do Regulamento, a Reclamante, na abertura de procedimento do SACI-Adm, deve expor as razões pelas quais o nome de domínio em disputa foi registrado ou está sendo usado de má-fé, de modo a causar-lhe prejuízos, cumulado com a comprovação de existência do seguinte requisito:

“a) o nome de domínio é idêntico ou similar o suficiente para criar confusão com uma marca de titularidade do reclamante, depositada antes do registro do nome de domínio ou já registrada, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI; ou

b) o nome de domínio é idêntico ou similar o suficiente para criar confusão com uma marca de titularidade do Reclamante, que ainda não tenha sido depositada ou registrada no Brasil, mas que se caracterize como marca notoriamente conhecida no Brasil em seu ramo de atividade para os fins do art. 126 da Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial); ou

c) o nome de domínio é idêntico ou similar o suficiente para criar confusão com um título de estabelecimento, nome empresarial, nome civil, nome de família ou patronímico, pseudônimo ou apelido notoriamente conhecido, nome artístico singular ou coletivo, ou mesmo outro nome de domínio sobre o qual o Reclamante tenha anterioridade.”

A análise dos fatos e das alegações da Reclamante bem como do conjunto probatório apresentado permite concluir que a Reclamação merece ser acolhida, pois o nome de domínio em disputa efetivamente reproduz a marca de titularidade da Reclamante e é capaz de criar confusão com esta e o nome de domínio em disputa foi registrado e utilizado de má-fé. Os fundamentos da Decisão serão a seguir expostos.

A. Nome de domínio idêntico ou suficientemente similar para criar confusão com um símbolo distintivo previsto no art. 7 do Regulamento

O nome de domínio em disputa reproduz integralmente a marca registrada ARCELORMITTAL da Reclamante, com o acréscimo do termo “brasil” como prefixo à marca. O acréscimo da expressão “brasil”, não afasta a possibilidade de confusão entre a marca da Reclamante e o nome de domínio em disputa. Nesse sentido, o Especialista entende que o nome de domínio em disputa é suficientemente similar e suscetível de criar confusão com marca registrada pela Reclamante e, portanto, são aplicáveis o art. 7 do Regulamento bem como o art. 4(b)(v)(1)(a) das Regras.

B. Nome de domínio em disputa registrado ou sendo utilizado de má fé

Considerando o grau de distintividade da marca registrada da Reclamante e a composição do nome de domínio em disputa, com a inserção do termo “brasil”, o Especialista considera inquestionável que a Reclamada tinha conhecimento efetivo da marca registrada da Reclamante quando o nome de domínio em disputa foi registrado.

Segundo o art. 7, parágrafo único, do Regulamento, as circunstâncias a seguir transcritas, dentre outras que poderão existir, constituem indícios de má-fé na utilização do nome de domínio:

“a) ter o Titular registrado o nome de domínio com o objetivo de vendê-lo, alugá-lo ou transferi-lo para o Reclamante ou para terceiros; ou

b) ter o Titular registrado o nome de domínio para impedir que o Reclamante o utilize como um nome do domínio correspondente; ou

c) ter o Titular registrado o nome de domínio com o objetivo de prejudicar a atividade comercial do Reclamante; ou

d) ao usar o nome de domínio, o Titular intencionalmente tente atrair usuários da Internet para o seu sítio da rede eletrônica ou para qualquer outro endereço eletrônico, criando uma situação de provável confusão com o sinal distintivo, símbolo e afins, do Reclamante.”

O Especialista entende estar configurada no presente caso a hipótese (d) do art. 7, parágrafo único, do Regulamento quando do uso pela Reclamada do nome de domínio em disputa. O uso pela Reclamada da marca ARCELORMITTAL no nome de domínio em disputa acrescido do termo “brasil” e o fato de que o nome de domínio em disputa direcionava à uma página contendo a marca ARCELORMITTAL em sua forma mista indicam que a Reclamada, além de ter conhecimento da marca da Reclamante no momento do registro do nome de domínio em disputa, registrou-o com o intuito de se fazer passar pela Reclamante ou por sua subsidiária e, portanto, com o objetivo de intencionalmente tentar atrair usuários da Internet para o nome de domínio em disputa e assim obter ganho comercial, o que caracteriza má-fé da Reclamada no registro e no uso do nome de domínio em disputa.

Por outro lado, a ausência de qualquer manifestação da Reclamada a este procedimento ou de qualquer esclarecimento quanto ao registro e/ou uso do nome de domínio em disputa é outro elemento a ser considerado.

Assim sendo, o Especialista conclui que houve má-fé no registro e no uso do nome de domínio em disputa, nos termos do art. 7, parágrafo único, do Regulamento e art.4(b)(v)(2), das Regras.

7. Decisão

Pelas razões anteriormente expostas, de acordo com art.1, § 1º do Regulamento e art.15 das Regras, o Painel Administrativo decide que <brasilarcelormittal.com.br> seja transferido para a Reclamante¹.

/Manoel J. Pereira dos Santos/

Manoel J. Pereira dos Santos

Especialista

Data: 29 de outubro de 2025

Local: São Paulo, Brasil

¹ De acordo com o art. 24 do Regulamento, o NIC.br procederá à implementação desta decisão no décimo quinto dia útil após o recebimento da notificação da decisão. Entretanto, se qualquer das Partes comprovar que ingressou com ação judicial ou processo arbitral no referido intervalo de tempo, o NIC.br não implementará a decisão proferida e aguardará determinação judicial ou do processo arbitral.